



JUSTIÇA FEDERAL NO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA DA DIREÇÃO DO FORO

Nº157/2024

Disciplina os serviços administrativos referentes ao Plantão Judiciário na Seção Judiciária do Rio Grande do Norte e dá outras providências.

O JUIZ FEDERAL DIRETOR DO FORO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 149 do Provimento nº 019/2022, de 14 de agosto de 2022, da Corregedoria-Regional do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que estabelece a competência do Diretor do Foro para a organização da escala e a disciplina dos serviços administrativos referentes ao Plantão Judiciário; e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar os plantões judiciais desta Seção Judiciária ao regulamentado pela Resolução 4/2016, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5, que dispõe sobre a apresentação da pessoa detida em flagrante delito, até 24 horas após a sua prisão, para participar da audiência de custódia.

RESOLVE:

Art. 1º. O plantão judiciário da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte funciona fora do horário do expediente e tem a incumbência de apreciar os pedidos urgentes, de natureza cível ou penal, que objetivem evitar perecimento de direito.

Parágrafo único. O Plantão judicial pode ser contatado através de número de telefone celular disponibilizado no site www.jfrn.jus.br.

Art. 2º. O plantão judicial será regionalizado nas Subseções de Natal e Mossoró, conforme segue:

I – Plantão judicial sediado em Natal, com escala elaborada pelo Diretor do Foro, para feitos de competência das varas federais da capital, 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 14ª Varas; e

II – Plantão judicial sediado em Mossoró, com escala fixada pelo Diretor daquela Subseção, para feitos de competência das 8ª, 10ª e 13ª Varas, localizadas em Mossoró, e das 9ª, 11ª, 12ª e 15ª, situadas nas cidades de Caicó, Assu, Pau dos Ferros e Ceará Mirim, respectivamente.

Art. 3º. Excluem-se do plantão judicial os pedidos relativos a processos de competência da Corregedoria da Penitenciária Federal, que serão apreciados pelo Corregedor, mesmo quando protocolados fora do horário de expediente.

Parágrafo único. O Corregedor da Penitenciária Federal fica dispensado do cumprimento do plantão judicial.

Art. 4º. Nos dias e horários definidos pelo art. 3º, alíneas "a" e "b", da Portaria nº 119/2024, de 20 de maio de 2024, da Direção do Foro da JFRN, as comunicações de prisão em flagrante e de prisão cautelar devem ser dirigidas ao plantão judicial, que será responsável pela realização da audiência de apresentação.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente as Portarias nºs 064/2016 e 159/2016-DF/JFRN.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **HALLISON RÊGO BEZERRA, DIRETOR DO FORO**, em 01/07/2024, às 17:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4384905** e o código CRC **9F789B7F**.